



VIII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA UFES

VIII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA DA UFES

MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS PORTAIS INSTITUCIONAIS DE ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

MAPPING AND ANALYSIS OF UNIVERSITY ARCHIVES INSTITUTIONAL PORTALS IN THE SOUTHEAST REGION OF BRAZIL

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar como os arquivos universitários das universidades federais da região Sudeste do Brasil atendem às necessidades dos usuários por meio dos serviços e informações disponibilizados em seus portais institucionais. A pesquisa, de natureza aplicada, exploratória e descritiva, utilizou a abordagem de estudo de casos múltiplos, abrangendo 19 universidades federais. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento documental, navegação nos sites institucionais e inventário dos serviços oferecidos, com análise comparativa entre modalidades presenciais e digitais. Os resultados indicam que 74% das instituições possuem portais dedicados aos arquivos, porém com grande variação na organização e na oferta de serviços. Instituições com curso de Arquivologia apresentam portais mais estruturados, enquanto a maioria dos serviços permanece presencial, com acervos pouco digitalizados. Conclui-se que, embora haja avanços, persistem desigualdades significativas na visibilidade e na qualidade dos serviços online, destacando-se a importância do planejamento focado no usuário para garantir acessibilidade, atualização e usabilidade, em consonância com os princípios da transparência e da gestão documental eficiente.

Palavras-Chave: Arquivos universitários; Portais institucionais; Usuário.

Abstract: This study aimed to analyze how university archives at federal universities in southeastern Brazil meet user needs through the services and information available on their institutional websites. The research, which was applied, exploratory, and descriptive in nature, used a multiple case study approach, covering 19 federal universities. Data collection was carried out through documentary research, browsing institutional websites, and inventorying the services offered, with a comparative analysis between in-person and digital modalities. The results indicate that 74% of institutions have portals dedicated to archives, but with great variation in organization and service offerings. Institutions with archival science courses have more structured portals, while most services remain in-person, with few digitized collections. It is concluded that, although there have been advances, significant inequalities persist in the visibility and quality of online services, highlighting the importance of user-focused planning to ensure accessibility, updating, and usability, in line with the principles of transparency and efficient document management.

Keywords: University archives; Institutional portals; User.

Autor: Lara dos Santos Rangel

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos universitários brasileiros desempenham papel fundamental na preservação da memória institucional e no apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC), os portais

VII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA DA UFES

POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Vitória, UFES/CCJE, 24 e 25 de outubro de 2023

institucionais tornaram-se canais estratégicos de acesso aos serviços arquivísticos e às informações sobre os acervos. Nesse sentido, Araújo (2019, p. 17) destaca que os portais funcionam como “[...] ferramentas de transparência em seus portais, de forma a garantir ao cidadão, independente da distância, o acesso à informação.”

Diante desse contexto, torna-se relevante investigar de que maneira as instituições universitárias têm organizado, descrito e oferecido seus serviços arquivísticos em ambientes digitais, buscando compreender até que ponto as práticas refletem padrões institucionais, normativos e técnicos estabelecidos. A região Sudeste concentra um número significativo de universidades federais, representando uma amostra relevante para compreender as práticas nacionais de disponibilização de serviços arquivísticos por meio de plataformas digitais. A análise sistemática desses portais pode revelar padrões, lacunas e oportunidades de melhoria, contribuindo para o aprimoramento dos serviços oferecidos aos usuários.

A relevância desta pesquisa é múltipla. Do ponto de vista teórico, ela contribui para o avanço do conhecimento na área de Arquivologia, especialmente no campo dos serviços de informação arquivística e da comunicação com os usuários. Do ponto de vista prático, oferece subsídios para o aprimoramento dos portais institucionais dos arquivos universitários, potencializando o acesso à informação e a satisfação dos usuários. Além disso, a pesquisa alinha-se às diretrizes da Lei nº 12.527/2018, Lei de Acesso à Informação e aos princípios da transparência pública, uma vez que analisa mecanismos de disponibilização de informações públicas, podendo orientar políticas institucionais e contribuir para a padronização de boas práticas na área.

Considerando a crescente demanda por acesso à informação qualificada e a necessidade de aprimoramento dos serviços arquivísticos no ambiente universitário, o objetivo geral deste estudo é analisar como os arquivos universitários brasileiros contemplam as necessidades de seus usuários por meio dos serviços e informações disponibilizados em seus portais institucionais. Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: (OE I) caracterizar o panorama dos arquivos universitários das universidades federais da região Sudeste; (OE II) mapear os portais institucionais desses arquivos; e (OE III) analisar os serviços oferecidos por meio dessas plataformas digitais.

A metodologia da pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e descritiva, tendo como objetivo gerar conhecimentos voltados à melhoria prática dos

VII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA DA UFES

POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Vitória, UFES/CCJE, 24 e 25 de outubro de 2023

portais institucionais de arquivos universitários. Adotou-se o estudo de casos múltiplos, considerando cada universidade federal da região Sudeste do Brasil como um caso individual, com um universo de 19 instituições. Foram definidos critérios de inclusão e exclusão para a amostra, considerando o acesso ao website institucional e a existência de arquivo estruturado. A coleta de dados envolveu levantamento documental, navegação estruturada nos sites, identificação de URLs específicas, captura de telas e inventário sistemático de serviços. A análise utilizou técnicas de análise documental temática, categorização e análise comparativa, permitindo identificar padrões, lacunas e tipologias dos serviços oferecidos, bem como mapear a presença digital dos arquivos e seu funcionamento nos portais institucionais.

A justificativa para a realização deste estudo reside na importância dos arquivos universitários como centros de produção, gestão e acesso à informação, essenciais para a preservação da memória institucional e para o suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Considerando o papel estratégico dos portais institucionais na mediação entre os arquivos e seus usuários, compreender como essas ferramentas têm sido utilizadas para atender às demandas informacionais é fundamental para o fortalecimento da gestão documental e para a promoção de uma cultura arquivística orientada à transparência e ao acesso à informação pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do conceito de arquivo é fundamental para analisar os arquivos universitários. Rodrigues (2006, p.105) define arquivo como “[...] um conjunto de documentos produzidos e recebidos no decurso das ações necessárias para o cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família”. Nas universidades, esse conceito se aplica aos documentos gerados e acumulados no exercício de suas funções acadêmicas, administrativas e culturais.

As universidades, segundo a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), são instituições pluridisciplinares voltadas à formação de profissionais de nível superior, à pesquisa, à extensão e à produção e divulgação do conhecimento. Como consequência, os arquivos universitários constituem-se em acervos orgânicos de documentos que registram as atividades da instituição, sendo essenciais para a preservação da memória institucional, a eficiência da gestão e o fomento à pesquisa.

VII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA DA UFES

POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Vitória, UFES/CCJE, 24 e 25 de outubro de 2023

A legislação arquivística brasileira, especialmente a Lei nº 8.159/1991 e a Resolução nº 42 do Conarq, fornece diretrizes para a organização, avaliação e destinação desses documentos, promovendo racionalização dos acervos e preservação da informação relevante (Brasil, 1991; Venâncio, 2012). A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) reforça o papel dos arquivos na transparência e no controle social, transformando-os em centros de informação estratégicos para a cidadania (Brasil, 2011; Silva, 2003).

Portais institucionais funcionam como ferramentas centrais para o acesso remoto, oferecendo consultas a bases de dados, informações sobre procedimentos e formulários eletrônicos. A eficácia desses serviços depende da atualização do conteúdo, da clareza na navegação e da adequação às necessidades e perfis dos usuários, em consonância com princípios de usabilidade e acessibilidade.

O estudo do usuário de arquivo é essencial para compreender a efetividade dos serviços arquivísticos. Usuários de arquivos universitários incluem docentes, estudantes, pesquisadores, técnicos-administrativos e comunidade externa, cada grupo com demandas informacionais específicas. Conhecer o perfil, o comportamento e as práticas de busca desses usuários permite planejar serviços que atendam às necessidades de forma eficiente, garantindo tanto o acesso à informação quanto a preservação da memória institucional (Case, 2012).

Bellotto (1989) e Garcez (2017) reforçam que arquivos universitários são depósitos de documentos que dão suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de preservarem o patrimônio documental da instituição. Menezes (2012) acrescenta que esses arquivos também são instrumentos de suporte à produção e disseminação do conhecimento, atendendo a comunidade acadêmica. Carpes e Flores (2013) destacam que os arquivos universitários funcionam como custodiadores da memória institucional, servindo de fonte para estudantes, professores e pesquisadores.

Portanto, a atuação dos arquivos universitários transcende a guarda física de documentos, incluindo o desenvolvimento de serviços informacionais acessíveis digitalmente, alinhados às necessidades dos usuários. Essa perspectiva fundamenta a relevância deste estudo e orienta a metodologia adotada para seu desenvolvimento.

RESULTADOS

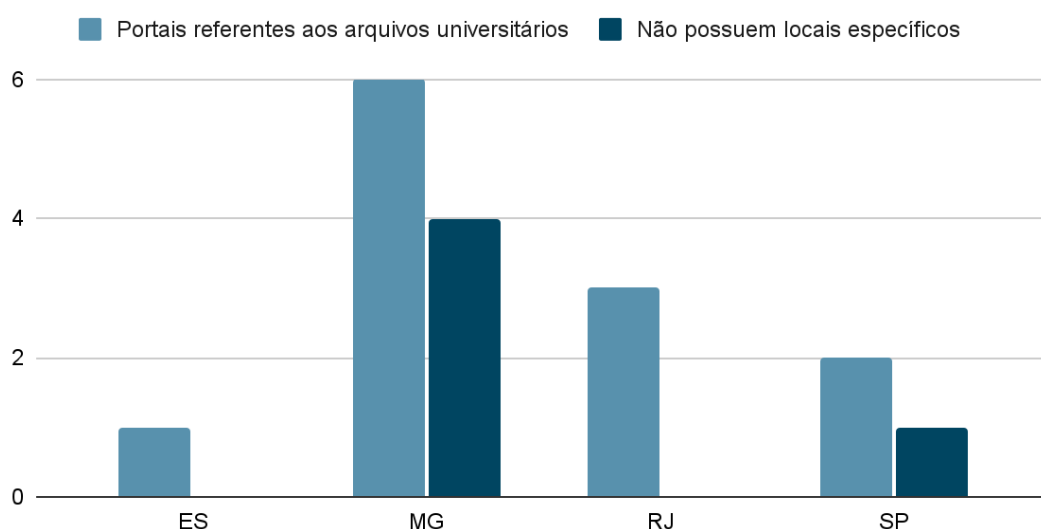
VII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA DA UFES

POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Vitória, UFES/CCJE, 24 e 25 de outubro de 2023

Os resultados obtidos evidenciam não apenas o grau de maturidade digital dos arquivos universitários da região Sudeste, mas também revelam desafios estruturais e operacionais que ainda precisam ser enfrentados para garantir um acesso pleno, eficiente e equitativo à informação arquivística no contexto das universidades públicas federais. Entre as instituições analisadas, destacam-se aquelas que possuem portais exclusivos e estruturados para seus arquivos universitários, oferecendo informações dedicadas e acessíveis ao público (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Presença de Portais referentes aos arquivos universitários



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O estudo revela que, na região Sudeste do Brasil, existem atualmente 19 universidades federais em funcionamento. Dentre essas instituições, 14 disponibilizam um portal institucional específico para o arquivo universitário, o que corresponde a aproximadamente 74% do total. Por outro lado, 5 (cinco) universidades federais da região (26%) não apresentam, até o momento, um portal institucional dedicado ao seu arquivo universitário. Essa ausência pode representar uma omissão na transparência, no acesso à informação e na valorização da gestão documental no âmbito dessas instituições. Tal como sinalizado por Santos (2019, p. 31) quando relaciona a necessidade de “canais de participação contínua, utilizando [...] as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em busca de construções coletivas e participativas que garantam maior transparência durante os processos e tomadas de decisões”

Ademais, o estudo também constatou que somente 4 (quatro) das 19 universidades federais do Sudeste ofertam o curso de graduação em Arquivologia. Essas instituições, que atuam também na formação de profissionais arquivistas, se destacam

VII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA DA UFES

POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Vitória, UFES/CCJE, 24 e 25 de outubro de 2023

pela estruturação mais robusta de seus arquivos universitários, o que tende a fortalecer a valorização e a visibilidade da área dentro da universidade.

Em geral, o estudo constatou que os serviços oferecidos pela maioria dos arquivos universitários no Sudeste do Brasil envolvem, principalmente: o acesso ao acervo histórico ou institucional; a orientação quanto a protocolos e trâmites documentais; serviços de digitalização e reprodução; além da emissão de certidões, autenticações e realização de consultas presenciais.

A análise detalhada dos serviços ofertados pelas universidades federais da região confirma que os serviços mais comuns são consulta presencial ao acervo, orientação para pesquisa e busca em instrumentos de pesquisa. Por outro lado, serviços digitais como consulta online e microfilmagem são raros ou inexistentes, indicando um atraso na oferta digital.

Independentemente das particularidades institucionais, é possível afirmar que o atendimento digital nos arquivos universitários da região ainda é incipiente e encontra-se em processo de desenvolvimento. Observa-se predominância do atendimento presencial e uma oferta limitada de serviços mais complexos por meio de plataformas online. Embora muitas universidades já utilizam o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a produção, edição, assinatura e tramitação de documentos e processos administrativos, o acesso ao acervo arquivístico institucional ainda depende, em grande parte, da consulta presencial. Isso ocorre porque a maior parte dos acervos permanece não digitalizada ou não está disponível em plataformas de visualização acessíveis ao público.

CONCLUSÃO

Com base na análise dos portais institucionais das universidades federais da região Sudeste, observou-se que, embora haja esforços para garantir acesso aos serviços arquivísticos, ainda existem disparidades significativas quanto à forma e à qualidade das informações disponibilizadas. Parte das instituições apresenta alinhamento com os princípios da Arquivologia, especialmente no que se refere à transparência, acessibilidade e mediação com os usuários. Esse alinhamento é mais evidente em universidades que oferecem o curso de Arquivologia, as quais apresentam páginas mais completas, com informações claras sobre serviços, equipe, legislação e formas de contato. Em contrapartida, outras instituições mantêm portais com informações incompletas ou sequer apresentam espaços dedicados aos arquivos, o que evidencia o espaço na valorização

VII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA DA UFES

POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Vitória, UFES/CCJE, 24 e 25 de outubro de 2023

institucional da função arquivística e um distanciamento das diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas de informação, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Os resultados, portanto, confirmam a importância de compreender os portais institucionais não apenas como ferramentas técnicas, mas como espaços de comunicação e cidadania, cuja estrutura deve ser orientada pelas necessidades dos usuários e pelos fundamentos da gestão documental e do direito à informação pública.

Por fim, recomenda-se que os arquivos universitários invistam na elaboração de planos de difusão e comunicação voltados ao usuário, priorizando a usabilidade dos sites, a transparência ativa das informações, a atualização contínua dos conteúdos e a escuta permanente da comunidade acadêmica. A criação de comitês interdisciplinares, envolvendo profissionais da Arquivologia, da Comunicação e da Tecnologia da Informação, pode contribuir para o desenvolvimento de portais mais acessíveis, funcionais e centrados nas necessidades informacionais dos diversos públicos atendidos, fortalecendo assim o papel dos arquivos como agentes de cidadania, memória e gestão institucional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. G. Aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação: uma análise das informações disponibilizadas nos websites institucionais das universidades públicas estaduais e municipais brasileiras. 2017. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16797?locale=pt_BR. Acesso em: 28 jul. 2025.

BELLOTTTO, H. L. Universidade e arquivos: perfil, história e convergência.

Transinformação, Campinas, v. 1, n. 3, p. 29–34, 1989. Disponível em:

<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1679/1650>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1991. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal [...] e dá outras providências. Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso

VII SEMINÁRIO EM ARQUIVOLOGIA DA UFES

POLÍTICA DE GESTÃO E PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS

Vitória, UFES/CCJE, 24 e 25 de outubro de 2023

em: 20 maio 2025.

CASE, D. O. *Looking for Information: A Survey of Research on Information Seeking, Needs, and Behavior*. 3. ed. Bingley: Emerald Group Publishing, 2012.

CARPES, F. S.; FLORES, D. O arquivo universitário e a memória da universidade. *Informação & Sociedade: Estudos*, [S. l.], v. 23, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/12278>. Acesso em: 26 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). *Resolução nº 42, de 9 de dezembro de 2014: dispõe sobre a análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos*. Diário Oficial da União, Brasília, 11 dez. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-42-de-9-de-dezembro-de-2014>. Acesso em: 26 jul. 2025.

GARCEZ, I. J. J. Proposta para a política e o sistema de arquivos da Universidade Federal Fluminense. Produto técnico-científico (Mestrado) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015/garcez-igor-jose-de-jesus-proposta-para-a-politica-e-o-sistema-de-arquivos-da-universidade-federal-fluminense/view>. Acesso em: 20 maio 2025.

MENEZES, P. L. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região Sul do Brasil. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47–71, dez. 2012.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 11, n. 1, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/kNWMg5vmqhBjKTzPYqSw8BQ>. Acesso em: 6 maio 2025.

SANTOS, E. L. Trajetória e desafios dos arquivos das universidades brasileiras. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 19–32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32290>. Acesso em: 4 ago. 2025.

SILVA, W. D. F. *Introdução à gestão da informação*. Campinas: Alínea, 2003

VENÂNCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Orgs.) *Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012.